



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO COM FOCO EM
ENSINO-APRENDIZAGEM

REJANE MEDEIROS DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DE ALFABETIZAR NA
PROPOSTA DE PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA
IDADE CERTA – PNAIC**

CUITÉ – PB
MARÇO/2014



REJANE MEDEIROS DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DE ALFABETIZAR NA
PROPOSTA DE PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO
NA IDADE CERTA – PNAIC**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Centro de Educação e Saúde – CES/ Campos de Cuité, como requisito para obtenção do título de Especialista em Educação com Foco em Ensino Aprendizagem, sob a orientação do Prof. Dr. André Antunes Martins.

CUITÉ – PB
MARÇO/2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

S586c Silva, Rejane Medeiros da.

Contribuições e limites de alfabetizar na proposta de pacto nacional pela alfabetização na idade certa - PNAIC. / Rejane Medeiros da Silva – Cuité: CES, 2014.

38 fl.

Monografia (II Curso de Especialização com Foco em Ensino-Aprendizagem) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2014.

Orientador: Dr. André Antunes Martins.

1. Educação popular. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. PNAIC. I. Título.

CDU 374.1

**CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DE ALFABETIZAR NA
PROPOSTA DE PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA
IDADE CERTA – PNAIC**

Monografia apresentada pela aluna Rejane Medeiros da Silva, do Curso de Pós-Graduação:
Especialização com Foco em Ensino-Aprendizagem, tendo obtido o conceito
_____, conforme a apreciação da Banca Examinadora.

Avaliado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. André Antunes Martins

Dra. Cláudia Patrícia Fernandes dos Santos

Dr. João Batista da Silva

DEDICATÓRIA

A minha mãe que foi quem mais me incentivou e me apoiou em toda a minha vida e principalmente neste curso para que eu conseguisse chegar até o fim.

Obrigada mãe por sempre ter me ensinado e motivado a nunca desistir dos meus objetivos e ideais, por isso dedico à senhora este trabalho com muito amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

À Deus nosso pai por ter me sustentado e dado força e permitido chegar até o final deste curso de Especialização.

À minha mãe, que sempre me deu força, quando eu mais preciso está ao meu lado me apoiando.

Ao meu esposo e a minha filha pela paciência e compreensão que teve durante este período principalmente pela minha ausência muitas vezes.

À Secretária de Educação Aguífaneide pelo apoio e assistência durante o curso.

Aos nossos Mestres, que nos mediarão o conhecimento durante o curso de especialização e que tanto contribuíram com os seus ensinamentos e nos incentivaram a chegar até o fim.

Ao meu orientador, Prof. Dr. André Antunes Martins, pela paciência e incentivos dedicados, corrigiu meus erros e estava sempre pronto a ajudar.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o meu aprendizado, como também aos alunos da turma de especialização onde partilhamos juntos conhecimentos e aprendemos uns com os outros.

“A ideia de que eu, adulto, determino a idade com que alguém vai aprender a escrever é parte da onipotência do sistema escolar que decide em que dia e a que horas algo vai começar. Isso não existe. As crianças têm o mau costume de não pedir permissão para começar a aprender”.

(Emília Ferreiro)

RESUMO

Esta pesquisa visa discutir a importância do processo de alfabetização nas séries iniciais. Ela tem como objetivo analisar as contribuições e limites de alfabetizar, segundo a proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Para melhor compreendermos a importância da “alfabetização na idade certa”, apresentamos a contribuição de alguns autores como: Brandão (2006, 2007), Carvalho (2010), Freire (1996, 2005), Cagliari (2002), Tfouni (1997), Soares (2004) entre outros. Em relação à metodologia, nós realizamos um estudo qualitativo numa abordagem de análise documental. Reconhecemos que existem dificuldades para alfabetizar numa suposta “idade certa”, pois cada criança tem o próprio tempo de aprendizagem. Logo, concluímos, sobre a necessidade de aprofundarmos os estudos nesse campo, sobretudo considerando a forma impositiva de implantação do plano, a falta de diálogo e a desconsideração dos estudos sobre letramento.

PALAVRAS CHAVE: Educação Popular, Alfabetização, Letramento, PNAIC.

ABSTRACT

This research aims to discuss the importance of the process of literacy in the early grades. It aims to analyze the contributions and limitations of literacy, according to the proposal of the Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. For a better understanding of the importance of "literacy in the right age", we present the contribution of authors as Brandão (2006, 2007), Carvalho (2010), Freire (1996, 2005), Cagliari (2002), Tfouni (1997), Smith (2004) et alii. Regarding methodology, we conducted a qualitative study in a documentary analysis approach. We recognize that there are difficulties in literacy in a supposed "right age" because each child has learning time itself. Therefore we conclude on the need to deepen the studies in this field, especially considering the imposing form of the plan's implementation, the lack of dialogue and the disregard of studies related to literacy.

KEYWORDS: Popular Education, Alphabetization, Literacy, PNAIC.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
I CAPÍTULO - Educação Popular e Alfabetização	11
II CAPÍTULO - Alfabetização e Letramento	19
III CAPÍTULO - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC	26
IV CAPÍTULO - Considerações Finais	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

Sabemos que uma das maiores riquezas de um país é a educação do seu povo e uma boa educação começa nas séries iniciais com uma alfabetização de qualidade. Mas o processo de alfabetização na maioria das escolas brasileiras, muitas vezes, tem tido o insucesso escolar e vem negligenciando a aprendizagem dos alunos que saem das séries iniciais do ensino fundamental sem dominar a leitura e a escrita.

A realidade é que as escolas brasileiras, de modo geral, estão formando alunos que mal conseguem ler e escrever e que não sabem nem mesmo interpretar e produzir pequenos textos.

Assim, a escolha do tema de nossa pesquisa foi motivada por meio de algumas observações que foi feita durante um período que estivemos à frente da direção e coordenação das escolas do campo do nosso município, onde pudemos constatar as dificuldades de professoras em alfabetizar crianças do 1º ao 3º ano do ensino fundamental. Pretende-se, contudo, através desta pesquisa, contribuir com as discussões de políticas educacionais, mais especificamente analisando a proposta de alfabetização no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Frente a essa realidade há também o desejo de aprofundar meus conhecimentos em relação aos processos educacionais de alfabetização e letramento. Consideremos que é preciso que haja uma alfabetização concreta e significativa para o aluno e que ele possa exercer o letramento de forma competente e correta nas práticas sociais. Por isso afirmamos a urgência deste tema ser debatido e trabalhado, pela abrangência do problema, pela necessidade de juntos buscarmos parcerias com o governo e outras instituições para que encontremos soluções para sanar essas dificuldades, que tem afetado tanto a nossa população brasileira. Neste sentido, é necessário analisar de que forma a proposta de pacto nacional pela alfabetização na idade certa poderá contribuir para os problemas de alfabetização e letramento, ou, da mesma forma, quais os seus limites. É preciso analisar as práticas propostas pela escola e pelo programa visando transformações necessárias para a concretização desse processo.

O processo de alfabetização nas séries iniciais é um fator muito importante na aprendizagem da criança, por ser uma grande preocupação na educação escolar. Percebemos que alguns professores ainda sentem dificuldades em alfabetizar, sendo

esse um dos pontos fundamentais no processo de ensino aprendizagem das crianças pequenas, no início do processo de sua escolarização.

Portanto, através deste trabalho procuramos tentar compreender como se dá o processo de alfabetização, algo que tem trazido dificuldades para milhares de crianças, jovens e adultos que não conseguem se alfabetizar numa suposta idade certa.

Nosso objetivo é analisar como a proposta de Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC poderá contribuir para os problemas de alfabetização nas series iniciais e quais seus limites.

Esperamos, a partir das discussões que permeiam essa temática, podermos contribuir com algumas reflexões na tentativa de melhorar o ensino aprendizagem no processo de alfabetização.

Este trabalho foi estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo procuramos abordar um pouco sobre o surgimento da educação popular e como acontecia o processo de alfabetização até os ideais de Paulo Freire; no segundo capítulo abordamos um pouco sobre a alfabetização e letramento desde o surgimento ao significado das palavras e o que elas representam na educação e no terceiro capítulo analisamos a proposta de Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, quais os contribuições e limites desta proposta.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO POPULAR E ALFABETIZAÇÃO

No contexto de educação popular e alfabetização comentaremos sobre a perspectiva de educação como algo que está presente em diversos lugares.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 2007,p.7).

Não há um único lugar ou modo de educação, não sendo só na escola que ela acontece, ela existe em diversos e variados povos, sociedades e culturas. De acordo com Brandão (2007): “A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (2007, p.10). No entanto, a educação existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes que aos poucos foi acontecendo à divisão social entre os povos, as atividades de trabalho e a formação das classes sociais. Onde foi se desenvolvendo uma educação para os filhos dos operários e outra para os filhos das elites, embora que a intenção dos dominantes na época não se referia como direito e sim uma forma de lucrar com a dominação do trabalho escravo, para a sustentação do luxo das elites que tinha uma educação diferenciada.

Quando nos reportamos à alfabetização não podemos deixar de trazer a discussão, os processos de lutas e resistências, pois muitos foram excluídos do direito a escolarização. Na época quando surgiu à necessidade de alfabetização da população, foi percebido o grande número de adultos analfabetos e o quanto à educação precisava melhorar.

Para Carvalho (2010):

[...] a ideia de expandir e melhorar a educação do povo foi uma reivindicação dos primeiros republicanos e a primeira Constituição do Império já determinava, no seu artigo 179, item 32, a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos (CARVALHO 2010, p.15).

Contudo, na época os termos dominantes eram a própria lei, não existindo quem o obrigasse ao cumprimento, uma vez que o próprio texto era escrito de forma a favorecer e fortalecer o regime dominante. Era necessário fazer expandir e melhorar a educação do povo,

a educação pública e o ensino primário eram visto como desnecessário para vida escolar das classes menos favorecidas, aumentando assim o número de crianças e, por conseguinte, de adultos analfabetos.

Conforme Carvalho (2010): “Assim, o Brasil chegou ao final do século XIX sem atender à escolarização regular da população infantil; quanto à alfabetização ou educação de adultos, foi tentada de forma irregular e também deficiente” (p.15). Portanto, essa irregularidade e deficiência provêm da marginalização econômica entre os povos que não tinham oportunidades educacionais, onde os políticos só queriam favorecer as transformações capitalistas, ou seja, beneficiar grande massa da elite e não se preocupavam com o problema da educação de adultos, com isso foi aumentando o grande índice de analfabetismo no país.

Estudos na área mostram que censos eram feitos para coletar informações sobre o total de pessoas alfabetizadas maiores de cinco anos, mas fala Carvalho (2010): “Somente a partir do terceiro Censo Nacional, realizado em 1900, é que começou a calcular o índice de analfabetismo da população com mais de 15 anos” (2010, p.15). Devido a isso, trouxe à tona a necessidade de combater o analfabetismo entre os adultos. Conforme alguns teóricos foi somente a partir da década de 20 que cursos populares noturnos foram criados para oferecer ensino primário aos adultos analfabetos. Com o passar dos anos campanhas e movimentos de alfabetização foram criadas para combater o analfabetismo de jovens e adultos no país como: Campanha de Educação de Adolescente e Adultos – CEAA (1947), Campanha Nacional de Educação Rural – CNER (1948) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (1956).

“Foi então que a partir de 1960 surge a educação popular idealizada pelo educador Paulo Freire, com suas primeiras iniciativas de conscientização política do povo buscando a emancipação social, cultural e política das classes menos favorecidas” (Barbosa, 2007). Com a conscientização do povo de origem popular, surgiria uma nova perspectiva de ensino-aprendizagem, onde eles iam aprender os seus direitos e a participar da vida em sociedade, pois, era preciso fazer surgir uma nova alternativa de mudança.

“Nos ideais de Paulo Freire, os princípios da educação popular estão relacionados à mudança da realidade opressora, o reconhecimento, a valorização e a emancipação dos diversos sujeitos individuais e coletivos” (Barbosa, 2007). Nesse sentido a educação popular deve defender e valorizar os sujeitos de classes populares, despertando uma educação onde os indivíduos sejam capazes da participação democrática na vida social.

É nesse sentido que a prática educativa com o povo requer uma educação quer seja, autônoma, dialógica, participante, crítica, democrática e libertadora, buscando uma transformação de ordem social. (ZITKOSKI E TROMBETA , 2012, p.7).

Acreditamos que a prática educativa deve estimular e desenvolver no indivíduo uma autonomia, onde ele tenha senso crítico para saber lutar e defender suas ideias e seus direitos de cidadãos buscando transformar a sociedade opressora em uma sociedade libertadora, através da sua participação ativa na sociedade e do diálogo como troca de experiências.

De acordo com Barbosa (2007): “A metodologia de Paulo Freire era dialógica. Ele realizava “círculos de cultura” onde a alfabetização fluía a partir da “leitura de mundo” dos envolvidos e se dava dentro e fora, através do próprio trabalho” (2007). Vemos que a preocupação de Paulo Freire era alfabetizar as pessoas através de conversas, troca de experiências e palavras que fizessem parte do contexto cultural das pessoas ali existentes onde todos aprendiam com a realidade uns dos outros principalmente através do próprio trabalho como ele mesmo fala, por isso surgiu esse método que foi aplicado em vários lugares do país.

Nesse sentido Brandão (2006) fala que:

Paulo Freire pensou em um método de educação construído em cima da ideia de um diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um o outro, não poderia começar com o educando trazendo pronto, do seu mundo, do seu saber, o seu método e o material da fala dele (BRANDÃO, 2006, p. 21).

Sabe-se que todos nós temos saberes, não poderia o educador trazer tudo pronto. É preciso que aconteça a construção do conhecimento educador e educando juntos partilhando saberes e trocas de experiências através do diálogo.

Brandão (2006) cita como Paulo Freire acredita que o dado fundamental das relações de todas as coisas no mundo é o diálogo: “O diálogo é o sentimento do amor tornado ação. As trocas entre o homem e a natureza são originalmente regidas pelo diálogo (Brandão 2006, p. 103)”. Portanto acreditamos que o diálogo seja um dos pontos fundamentais nessa perspectiva de educação popular, pois, através do mesmo o homem e a natureza relacionam e transformam o mundo a sua volta.

Ainda sobre o diálogo, Freire (2005) fala que:

Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. Não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade. A pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante. (FREIRE, 2005, p.92).

Assim sendo, “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu tu” (FREIRE 1974, p. 93. In: Souza). Logo, este diálogo que tanto Paulo Freire fala, vemos que não é uma coisa que fique entre duas pessoas mais que seja expandido, divulgado que seja a relação do homem com todos os seres e que haja troca de experiência entre si, pois o método de educação que não tem diálogo e não tem amor também não tem como acontecer à aprendizagem.

De acordo com Brandão (2006):

“Um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho”. A educação deve ser um ato de amor, não deve ser imposta, mas compartilhada uns com os outros. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário – um ato de amor, dá pra pensar sem susto - ,não pode ser imposta (BRANDÃO 2006, p. 21-22).

A educação como ato popular deve ser compartilhada e não imposta, pois educar é um ato de amor, onde todos são parte deste processo de construção do ensinar e o aprender. No trabalho em que se ensina e aprende há sempre uma troca entre educadores e educandos. De lado a lado se ensina e de lado a lado se aprende. Fala Freire que: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996, p. 23). Por isso o educador não deve se considerar o dono do saber e sim na sua atuação de formador criar possibilidades onde haja a construção do conhecimento e do saber, pois, tanto o educador como formador quanto o educando como formando tem saberes que devem ser compartilhados uns com os outros.

Diante disso Freire (1996) diz:

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (FREIRE, 1996, p.22).

No entanto, é preciso que tenhamos essa consciência que ensinar não é depositar o conhecimento no outro como uma coisa imposta e pronta não, é justamente cultivar, ensinar os meios de se adquirir a construção desse conhecimento. E esse é um processo lento, que acontece aos poucos num processo dialógico.

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos em os “argumentos de

autoridade” já não valem. Em que, para ser-se funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (FREIRE, 2005, p.79).

É neste sentido que a educação em busca da transformação social deve acontecer, onde educador e educando ambos neste processo de ensino aprendizagem crescem juntos em democratização e liberdades, diferente da educação bancária vista como prática educativa tradicional.

A educação bancária “[...] oprime, aliena e não educa o ser humano para o exercício da liberdade e a emancipação social” (Zitkoski e Trombetta, 2002, p.7). Por isso concordamos quando Freire defende uma educação que leve os alunos a desenvolver sua forma crítica e pensante, condenando o tradicionalismo da escola brasileira onde o aluno é visto como um mero depósito de conhecimento sem dar a oportunidade de ele pensar ou expressar sua própria opinião. Freire (1987) critica o ensino tradicional: “Eis aí a concepção ‘bancária’ da educação em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los”(Freire, 1987, p. 33). Logo adiante, acrescenta:”Na visão bancária da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (Freire, 1987, p.33). Não podemos negar a importância da participação do aluno nas aulas e da necessidade de haver o diálogo entre professor e aluno. A aprendizagem acontece quando há trocas de conhecimentos, não é porque eu sou professor que sou o dono do saber, mas tanto o aluno aprende com o professor como o professor aprende com o aluno, pois se pensarmos desta forma que o aluno é um depósito para guardar e arquivar conhecimentos estamos reproduzindo uma sociedade alienada, oprimida e por conseguinte, a não mudança das classes sociais, servindo, assim, o ensino como mero treinamento da formação de massa de trabalho. Neste sentido, a educação é uma ponte para as pessoas oprimidas se libertarem dessa alienação, buscando uma mudança social no contexto da sociedade e transformações educacionais visando novas perspectiva educacionais principalmente no que diz respeito à alfabetização.

É importante ressaltar que atualmente as perspectivas educacionais defendem um conceito de alfabetização para além da decodificação dos códigos linguísticos.

De acordo com Souza (2004):

Não se trata apenas, portanto, de gerar uma capacidade mecânica de decodificação ou de expressão na linguagem escrita. Mas, sim, de proporcionar, com a aquisição dos mecanismos da leitura e da escrita no código alfabético, o início da ampliação do desenvolvimento das competências da compreensão, interpretação, explicação, proposição e intervenção das/nas realidades que educadores e educandos, além de estarem nelas inseridos, são responsáveis por sua transformação/construção e seus produtos/produtores (SOUZA, 2004 p.11).

Não basta apenas saber ler e escrever, mas o uso social e político desse conhecimento na vida cotidiana voltada para um conceito de alfabetização onde aprenda e defenda a decodificação dos códigos linguísticos.

O método Paulo Freire estimula a alfabetização dos adultos mediante a discussão de suas experiências de vida entre si, através de palavras presentes na realidade dos alunos, que são decodificadas para aquisição da palavra escrita e da compreensão do mundo (Zauli, 2013). Portanto, as experiências de vida de analfabetos adultos são muito mais ricas do que imaginamos e através delas adquirimos conhecimentos diversificados.

Paulo Freire afirmava que o analfabeto adulto, embora sem instrução escolar, possuía um valioso legado de experiência e conhecimento, como participante do mundo do trabalho e da cultura (Carvalho 2010, p.39).

No entanto, o adulto analfabeto não tinha nem conhecimentos sobre os seus direitos políticos, sociais e econômicos, não tinha nem direito ao voto. A alfabetização deveria ser um instrumento para que indivíduos analfabetos ganhassem consciência de seus direitos políticos, sociais e econômicos. “A educação é um ato político, que pode contribuir para a transformação social e a libertação dos oprimidos” (Carvalho 2010, p.39; apud Freire, 1981, p.29-61). Por isso a importância da educação popular é uma educação voltada para o povo sem distinção de raça, cor ou religião, ou seja, uma educação para todos sem separação de classes sociais. É uma educação onde todos têm direito a vez e voz, que forma o cidadão para a vida e como vivê-la. É onde o cidadão vai aprender quais seus direitos e deveres e como exercê-los.

Infelizmente o que tem acontecido é uma educação voltada para as pessoas de classe alta, algo que tem contribuído na afirmação de nossa sociedade desigual, onde uns têm mais oportunidades do que outros.

É nesse contexto atual da educação que algumas questões sobre política social, diferenças sociais e práticas nas escolas vêm à tona e nos convidam a nova reflexão.

Grande é o desafio, pois na nossa realidade existem tantas desigualdades sociais que têm contribuindo para o grande número de analfabetos em nosso país e podemos fazer esta pergunta e de quem é a culpa, de quem é a obrigação, quem pode ajudar para que possamos acabar com o analfabetismo em nosso país?

“A sociedade civil pode dar grande contribuição para a eliminação do analfabetismo no Brasil, mas o Estado precisa fazer a sua parte” (Gadotti, 2003 p.19). Nossa população pode contribuir para acabar com o analfabetismo em nosso país, pois são grandes as dificuldades, milhões de brasileiros são considerados analfabetos e de quem é a obrigação. Gadotti (2003)

comenta que: “Educação é dever do Estado” (Gadotti, 2003,p.19). O Estado Brasileiro tem o dever e obrigação de arcar com a educação de nosso país, mas muitas vezes não é isso que tem acontecido.

Conforme nos diz Gadotti (2003):

Historicamente o Estado brasileiro tem sido monopólio das elites econômicas. A escola estatal não é necessariamente pública. Para ser pública, ela precisa ser democratizada, isto é, possibilitar a participação da comunidade escolar, interna e externa, em todos os seus níveis de decisão e ação político-pedagógico. (GADOTTI, 2003 p.21).

O Estado é quem decide as políticas, ele é pouco democrático. As ações político-pedagógicas que são desenvolvidas de acordo as vontades das elites, deixando de lado a opinião da população que tanto sofre por causa de oportunidades.

“O analfabetismo é a expressão de nossa pobreza e a negação de um direito fundamental do cidadão” (Gadotti, 2003 p.19). Portanto, a educação popular é uma forma de luta pela garantia do direito fundamental do cidadão analfabeto, pois todos tem direito a educação não importa a idade, devendo ser acessível aos povos sem distinções.

Segundo TERTO (2007) a Educação Popular:

Antes de ser apenas um projeto pedagógico, é um verdadeiro método de ensino, pautado na leitura do mundo e na análise aprofundada das relações e dos diferentes níveis de opressão, que possibilita a politização de todos os participantes do processo e, conseqüentemente, sua emancipação (TERTO *et al*, 2007).

A educação popular é vista como uma das propostas pedagógicas mais conhecidas no âmbito educacional. Ela não é apenas um método de educação, através dela os participantes do processo irão ter consciência dos seus direitos e deveres políticos e a participação ativa na sociedade.

A educação popular é, segundo o escritor Carlos Rodrigues Brandão, ao mesmo tempo, um movimento sociocultural e uma concepção de educação. E, como movimento sociocultural, expressa uma infinidade de práticas que emergem associadas aos movimentos sociais, grupos comunitários, articulações em torno de alternativas de sobrevivência, entre tantas outras, que apontam para a necessária transformação social e a democratização da sociedade (ZITKOSKI E TROMBETTA, 2002, p.7).

Analisando essa afirmativa, a educação popular representa sim alternativas de sobrevivência no contexto dos movimentos pela transformação social, onde através dela a sociedade analfabeta e oprimida passa a ter mais consciência de sua opressão.

CAPÍTULO II

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Abordaremos a seguir o surgimento da alfabetização e letramento e qual o significado dessas palavras para alguns autores e o que elas representam na educação.

Ao longo dos anos o homem vem buscando formas de se comunicar. A leitura e a escrita têm origem a partir do momento em que o homem sente a necessidade de ampliar essa comunicação.

Segundo Cagliari (2002): “a alfabetização é, pois, tão antiga quanto os sistemas da escrita. De certo modo, é atividade escolar mais antiga da humanidade” (Cagliari, 2002, p.12). Portanto pensamos para quais os sistemas de escrita continuem sendo usados é importante que se ensine as novas gerações como fazê-los.

Conforme os fatos comprovados historicamente a escrita surgiu da necessidade do homem de fazer contagem de animais. Para isso era preciso usar símbolos. Naquela época, de acordo com Cagliari (2002):

Ser alfabetizado significava saber ler o que aqueles símbolos significavam e ser capaz de escrevê-los, repetindo um modelo mais ou menos padronizado, mesmo porque o que se escrevia era apenas um tipo de documento ou texto (CAGLIARI, 2002, p.14).

Quando o sistema de escrita foi desenvolvido, aumentou a quantidade de informações necessárias para que o indivíduo soubesse ler e escrever. Portanto, tal fato os obrigou a abandonar o sistema de símbolos que era utilizado para representar as coisas e passou-se a utilizar símbolos como as sílabas, que representavam sons de fala.

Afirma Cagliari (2002): “O sistema de símbolos necessários para representar as palavras através das sílabas ficou muito reduzido, fácil de ser memorizado e conveniente para a difusão da escrita na sociedade” (Cagliari, 2002, p.15).

Sabe-se, no entanto que os mecanismos de alfabetização ultrapassam épocas, pois até os dias atuais se utiliza métodos tradicionais para alfabetizar crianças, uma reprodução que aliena a capacidade de pensar, raciocinar e produzir uma leitura espontânea, levando o educando a se desenvolver enquanto criação de ideias. Portanto, desde dos tempos remoto, de acordo Cagliari (2002 p. 15): “o trabalho de leitura e cópia era o segredo da alfabetização” (Cagliari, 2002 p. 15).

A alfabetização é um processo que vive em discussão e frequentemente em construção, pois se observa que desde os tempos remotos, a uma necessidade de comunicação, que perpassa as épocas atuais, onde vivenciamos vários conceitos, conflitos, que condiciona e influencia o analfabetismo nas escolas, haja vista que esta problemática se acentua até as séries finais do ensino fundamental, ou seja, saber ler e escrever, tem se revelado condição insuficiente para responder adequadamente às demandas da sociedade, não basta só decodificar sons e letras, mas é preciso entender o significado e o uso das palavras em diferentes contextos e foi a partir disso que surgiu o termo letramento.

Já o termo letramento, segundo alguns teóricos, é considerado bastante atual no campo da educação brasileira. Surgiu no ano de 1986. A partir da necessidade de dinamizar o processo de leitura e escrita devido a alguns fracassos no âmbito educacional, pois surgiram várias discussões devido o alto índice de repetência e analfabetismo no Brasil. Diante disso, foi necessário desenvolver um conceito que referisse à condição contrária ao analfabetismo, ou seja, que representasse o estado de quem está alfabetizado e domina o uso da leitura e escrita de forma contextualizada - o letramento.

No livro “Letramento e Alfabetização”, Tfouni (1997) explica que:

A necessidade de se começar a falar em letramento surgiu, creio eu da tomada de consciência que se deu, principalmente entre os linguistas, de que havia alguma coisa além da alfabetização, que era mais ampla, e até determinante desta (TFOUNI, 1997, p.30).

Portanto, o presente trabalho surge da urgência de pensar alfabetização e letramento diante da realidade que se encontra a educação do nosso país.

Tfouni, 1997, diz que:

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem...; O Letramento, por sua vez, focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita..., procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada (TFOUNI, 1997, p.09-10).

Entendemos a alfabetização como a ação de ensinar e aprender a linguagem escrita e habilidades de leitura. Já o letramento é o modo de ser ou estar de quem não apenas sabe ler e escrever, mas dedica-se e desempenha as práticas sociais que usam a leitura e a escrita.

Segundo Tfouni (1997):

Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade (TFOUNI, 1997, p.20).

Os dois processos estão interligados um ao outro sendo cada um com a sua função no ensino aprendizagem. O letramento não mostra só o estudo daquelas pessoas que já adquiriram a escrita, mas também à ausência da escrita. Já a alfabetização é um processo de ensino aprendizagem que acontece antes, durante e depois da vida escolar.

Tfouni (1997) ainda fala que: A explicação não está em ser ou não alfabetizado enquanto indivíduo. Está sim, em ser ou não letrado na sociedade na qual esses indivíduos vivem (p.27). Assim uma sociedade letrada, é uma sociedade que não sabe só ler e escrever, mas utiliza esse conhecimento como prática social, pois, embora diferentes, alfabetização e letramento complementam um ao outro.

Pois, como afirma Soares (2004),

É necessário também reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja: em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2004, p.97).

O processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais é um fator muito importante na aprendizagem da criança, por ser uma grande preocupação na educação escolar. Percebemos que alguns professores ainda sentem dificuldades em alfabetizar e letrar, sendo esse um dos pontos fundamentais no processo de ensino aprendizagem das crianças. No início do processo de escolarização, além de aprender a leitura e a escrita tem que saber como desenvolver essa prática no seu cotidiano como todo.

A relevância da pesquisa consiste em tentar compreender essa questão, algo que tem trazido dificuldades para milhares de crianças, jovens e adultos que não conseguem se alfabetizar numa suposta idade certa.

Muitas crianças passam parte da vida nas escolas. Uma boa parte delas, depois de tantos anos de estudos, ainda saem sem saber ler e escrever corretamente. O que fazer diante dessa realidade, sendo a escola responsável por este processo?

Para Bozza (2011):

Sendo o letramento a principal, senão a única, porta de entrada para a aquisição de novos complexos conhecimentos que, por sua vez, permitem a apreensão do real e possibilitam uma ação efetiva do sujeito sobre a realidade, quando a escola não garante, minimamente, esse aspecto, ela reproduz a sociedade desigual, estratificada e não-pensante que temos (BOZZA, 2011, p.7).

Entre todos os desafios da educação, um dos mais preocupantes é garantir a alfabetização plena de nossas crianças, um letramento eficaz. Essa questão tem passado por constantes discussões e o que tem contribuído para o fracasso escolar é a desigualdade constante em nossa sociedade brasileira. A alfabetização e o letramento têm se transformado em foco de estudos de autores e pesquisadores que estiveram à procura, por meio de pesquisas, de programas ou projetos que permitam ao professor ensinar o conhecimento dos saberes linguísticos necessários.

Para os PCNs Língua Portuguesa (2001):

Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (PCNs LÍNGUA PORTUGUESA, 2001, p.23).

Consideramos que é preciso haver uma alfabetização concreta e significativa para o aluno e que ele possa exercer o letramento de forma competente e correta nas práticas sociais. Por isso afirmamos a necessidade destes temas serem debatidos e trabalhados, pela abrangência do problema. É preciso analisar as práticas propostas pela escola visando transformações necessárias para a concretização desse processo de alfabetização e letramento.

Assim fala Cagliari (2009): “Por meio da escola poder-se-ia mudar a sociedade... Se nossa sociedade estivesse de fato interessada em melhorar a vida de seus membros, nossa escola seria muito diferente” (2009, p. 8). Mas através da escola podemos mudar de vida e transformar uma sociedade. Para isso seria necessário que todas as escolas apresentassem um currículo voltado para os saberes linguísticos, ou seja, todas as disciplinas trabalhassem em cima deste contexto de letramento.

Bozza (2011) defende que:

O objetivo de toda escola seria o de tomar o letramento como o vetor principal do currículo de toda Educação, principalmente básica, capacitando sujeitos para que possam transitar com autonomia no contexto de uma sociedade letrada, caracterizada pelo uso intensivo e diversificado da linguagem escrita (BOZZA, 2011, p. 10).

O processo de ensino-aprendizagem da alfabetização e letramento deve ser organizado de modo que a leitura e a escrita sejam desenvolvidas numa linguagem significativa e contextualizada. A assimilação do código linguístico não será uma atividade de mãos e dedos, mas sim uma atividade de reflexão, uma forma complexa de construção de relações de conhecimentos.

Cócco (1996), afirma que:

O indivíduo humano (...) interage simultaneamente com o mundo real em que vive e com as formas de organização desse real dados pela cultura. Essas formas; culturalmente dadas serão, ao longo do processo de desenvolvimento, internalizadas pelo indivíduo e se constituirão no material simbólico que fará a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento (CÓCCO, 1996, p.13).

Nessa perspectiva, a criança é responsável pela construção do seu próprio saber, onde ela organiza e desenvolve seus conhecimentos. Sendo assim, o professor é mediador desse saber. Nesse sentido, percebe-se que a alfabetização é um processo de construção de conhecimento do indivíduo, envolvendo o código escrito da língua.

Kleiman (2005-2010, p. 13) diz que:

O conceito de alfabetização também denota um conjunto de saberes sobre o código escrito da língua, que é mobilizado pelo indivíduo para participar das práticas letradas em outras esferas de atividade, não necessariamente escolares (KLEIMAN, 2005-2010, p, 13).

O bom desenvolvimento da linguagem irá facilitar a aprendizagem da criança, o seu desenvolvimento pessoal, social e cultural, facilitando o processo de socialização, comunicação expressão e construção do conhecimento.

A alfabetização é sem dúvida uma das principais preocupações da educação básica do nosso país, tendo em vista o fracasso escolar apresentado pelas crianças ao longo dos anos de aprender a ler e escrever em sala de aula.

Segundo Soares (2003):

[...] o fracasso em alfabetização nas escolas brasileiras vem ocorrendo insistentemente há muitas décadas. Por isso é preciso urgentemente uma reforma na educação brasileira no sentido de tentarmos reverter essa situação que tem prejudicado a milhares de criança que não conseguem aprender a ler e escrever (SOARES, 2003, p.9).

A escola tem um papel fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem no que diz respeito à alfabetização e letramento, pois o papel da alfabetização é ensinar o uso da língua e o do letramento é utilizar ou praticar essa língua no contexto social, a escola tem que trabalhar com o contexto da criança, com histórias e com o conhecimento trazido da mesma para que assim possa acontecer uma aprendizagem significativa, pois o que tem acontecido é que muitas escolas não têm se preocupado com o domínio que seus alunos tem da língua. Marcuschi (2004) diz que: “O papel da escola não é ensinar a língua, mas o uso dela. [...]”

(2004, p.76). O que a escola precisa fazer é ordenar e ampliar esse conhecimento, apresentar ao aluno os gêneros textuais. A escola tem que ensinar o aluno a ler e escrever e ensinar também o que o aluno não sabe. Mas para isso, é preciso saber o que ele sabe.

Para a alfabetização ter sentido e ser um processo interativo é preciso sistematizar muitos fatores que estão incluídos neste meio, de acordo com Cagliari (2009):

O processo de alfabetização inclui muitos fatores e, quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição de conhecimento, de como a criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo o seu processo de interação social, da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo à alfabetização, mais condições terá o professor de encaminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, sem os sofrimentos habituais (CAGLIARI, 2009, p.6).

No que diz respeito à alfabetização e o letramento, é preciso esclarecer que o mais importante não é só saber ler e escrever. É preciso entender o que se lê e o que se escreve e praticar na vida cotidiana, nisso pressupõe que existe a necessidade dos educadores conhecerem a vida social, econômica e cultural dos seus alunos e organizarem atividades que favoreçam a reflexão da criança, procurando compreender a ação da criança no processo de aquisição do conhecimento e é necessário que o professor conheça o processo de aprendizagem dos alunos.

Para que o professor consiga fazer este trabalho de reflexão linguística e compreensão da realidade da criança é necessário que ele realmente conheça os aspectos básicos da fala, escrita e da leitura que envolve todo o processo de alfabetização e letramento.

Diante disso, vemos o quanto o processo de alfabetização e letramento é uma questão complexa. É preciso uma atenção maior voltada para a melhoria da qualidade de ensino nesse contexto. Precisamos de mais investimentos e organização no nosso sistema de ensino para que possamos pelo menos amenizar esse problema tão grave, que tem afetado a educação do nosso país.

Portanto, tendo em vista a grande desigualdade social entre as classes sociais em nosso país, é necessário juntos buscarmos ações efetivas do governo e outras instituições para que encontremos soluções para diminuir essas dificuldades que tem afetado tanto a nossa população brasileira.

Mas será que o governo está realmente preocupado com esta situação ou com a alfabetização e letramento de milhares de crianças e adultos no país? Essa resposta é um tanto complexa, pois sabemos que o governo investe muito na educação brasileira com programas, capacitações, formações continuada e etc. O que preocupa em termos de educação de

qualidade é justamente o que a escola está fazendo para adequar esses investimentos a favor dessa educação com a realidade e perfil de alunos que a sociedade está reproduzindo, a pergunta é, quando essas propostas chegam aos municípios com realidades gritantes, devido a essa reprodução social incompatível com os valores que a escola propõe, o que fazer para intermediar as propostas da escola com essa diferença de interesses dos alunos?

Sobre esta questão, é necessário fazer uma análise cuidadosa e detalhada da organização educacional, ao que se refere aos gestores municipais e educacionais, construindo um currículo que leve em consideração a realidade escolar, observando o Projeto Político Pedagógico, bem como o regimento escolar, e assumir uma política interna que abrace as parcerias pertinentes que conduzirá ao aprendizado dos alunos, formando um cidadão consciente, autônomo e participativo, compreendendo que um sujeito alfabetizado e letrado tem mais condições e oportunidades na vida profissional e pessoal numa sociedade excludente, esse é o papel da escola para com o aluno no processo de alfabetização e letramento. Portanto, diante disso, decidimos analisar a proposta do programa PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) se esta poderá contribuir para alfabetização e letramento de nossas crianças.

O PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa) é uma proposta do Governo Federal e compromisso com os governos estaduais e municipais onde serão desenvolvidas ações que contribuam para o debate dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização que a criança esteja alfabetizada até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Acredita-se que através do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC sejam desenvolvidas ações que contribuam para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização.

CAPÍTULO III

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC

A escolha do tema de nossa pesquisa decorreu de algumas observações frente às dificuldades de professores em alfabetizar crianças do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, buscamos analisar as contribuições e limites de alfabetizar na proposta do Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa – PNAIC. A presente pesquisa tem como encaminhamento metodológico uma pesquisa qualitativa numa abordagem de análise documental da proposta do PNAIC.

Portanto a metodologia elaborada para essa pesquisa proporcionará novos conhecimentos onde analisaremos e discutiremos quais os contribuições e limites de alfabetizar na proposta de Pacto Nacional pela alfabetização da Idade Certa – PNAIC e de que forma este programa governamental tem contribuído para a alfabetização de nossas crianças, pois sabemos que este tem sido uma das maiores preocupações da nossa educação brasileira.

Ao longo dos anos muitas mudanças vêm acontecendo em nosso país, principalmente no campo da educação. A educação é uma das políticas públicas mais discutidas em todo o país.

De acordo com a LDB Art. 1º (2006):

A educação abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 2006, p. 17).

A educação começa desde nossa infância, na nossa família, na convivência com o outro, enfim em tudo que envolve pessoas, movimentos, organizações e manifestações. Mas como ela tem sido desenvolvida na nossa sociedade, será que ela realmente tem desempenhado o seu verdadeiro papel.

Na LDB Art. 2º (2006) ainda fala que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 2006, p. 17).

Então, a educação tanto é dever da família como do Estado e tem como principal objetivo preparar o educando para exercer a cidadania e para a qualificação de trabalho, mas de que forma realmente tem acontecido isso, será que a família e o Estado estão realmente preocupados com essa preparação, muitas coisas tem acontecido para que a educação do nosso país tenha chegado ao ponto que chegou, e a cada dia as desigualdades sociais vêm aumentando consideravelmente.

Ao longo dos anos temos sonhado com uma educação ideal voltada para todos, mas o que vemos hoje na atualidade da nossa educação brasileira são políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho e para a competitividade, os sistemas de ensino não têm correspondido com as necessidades educacionais da sociedade que vivemos hoje, ou seja, são políticas que atendem as vontades dos governos e elites.

Hoje, porém, o apelo sistemático à formação e à aprendizagem ao longo da vida tende a ser predominantemente orientando para a adaptabilidade, a empregabilidade e a produção de vantagens competitivas no mercado global, num quadro de crise do Estado de bem-estar e de esbatimento do seu papel na educação, com o correspondente reforço das responsabilidades individuais pela aquisição de saberes e de “competências para competir” (Lima, 2007, p.14).

Lima fala claramente que a educação tem preparado o indivíduo para ser individualista, competitivista, egoísta, onde quem sabe mais são quem tem mais chance na vida e no mercado de trabalho, mais também eles querem produzir uma educação alienante e opressora onde os beneficiados são os grandes de nosso país como a elite e o governo que só visa seus próprios interesses.

De acordo com Lima (2007):

É neste quadro que a educação tende a ser considerada como um bem de consumo passível de mercadorização e de troca, e a aprendizagem ao longo da vida se transforma num atributo meramente individual, só plenamente eficaz quando utilizado contra o outro, com menos competência para competir (LIMA, 2007, p.20).

É como se a educação fosse um mercado de trabalho e a aprendizagem fosse uma mercadoria o indivíduo é quem leva a culpa de suas escolhas, dos seus sucessos ou fracassos educacionais, se o indivíduo faz boas escolhas terá sucesso e se fizer más escolhas terá fracasso.

Na verdade, parece que Boshier (1998:5) pode ter tido boas razões para concluir de forma bastante ácida: “Se a educação ao longo da vida era um instrumento para a democracia,

a aprendizagem ao longo da vida está quase inteiramente preocupada com a caixa registradora”. (Bosshier *apud* Lima, 2007 p.22).

É muito preocupante a realidade que se encontra a educação e o processo de aprendizagem do nosso país hoje, onde a educação é para ser um instrumento de liberdade, de democracia em que todos têm que ter direito, mas ao longo dos anos têm se tornado um ato de alienação, onde a aprendizagem está voltada só para os números e o dinheiro. Muitos programas são lançados nos municípios, os governos mandam que sejam executados e de retorno quer o sucesso da aprendizagem através dos resultados colhidos nas avaliações do INEP, como a Provinha Brasil, o IDEB e várias outras programas e ações para medir os conhecimentos dos educandos através dos números e é isso que o governo quer só números, muitas exigências são feitas para os educandos frequentarem a escola, mas o que falta são recursos necessários, projetos bem elaborados e vontade política para que realmente tenhamos uma educação de qualidade voltada para todos.

Para os PCNs Língua Portuguesa (2001):

Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (PCNs LÍNGUA PORTUGUESA, 2001, p.23).

Diante disso sabemos que o processo de ensino aprendizagem é umas das coisas fundamentais no início da vida escolar da criança, portanto temos a preocupação de um projeto comprometido com os saberes linguísticos necessários, com isso nós pensamos se existe uma idade certa para alfabetizar, vemos o quanto o processo de alfabetização é uma questão complexa, necessário se faz uma atenção maior voltada para a melhoria da qualidade de ensino na alfabetização, onde se inicia a vida escolar da criança, portanto decidimos analisar e discutir a proposta de Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para vermos se esta proposta realmente vem colaborar ou não para a alfabetização de nossas crianças.

Em 4 julho de 2012 a Portaria nº 867/2012, Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC e define suas diretrizes gerais. Com o isso o MEC conseguiu a adesão de mais de 90% dos municípios.

Conforme Santos (2013):

O Pacto Nacional pela Idade Certa – PNAIC foi implementado no início de 2013 para garantir a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, o governo federal aportará incentivos financeiros e assistência técnica e pedagógica

visando formar inúmeros professores alfabetizadores até 2015. A iniciativa do Ministério da Educação partiu dos dados levantados pelo Censo de 2010. Ao todo são 15,2% as crianças brasileiras em idade escolar que não sabem ler, nem escrever (SANTOS, 2013, p. 1).

De acordo com o Ministério da Educação - MEC o PNAIC é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano e aos oito anos de idade é uma questão muito complexa alguns educadores tem criticado a meta da idade estabelecida, mas também é preciso que fique bem claro nessa proposta do programa o que realmente venha ser estar alfabetizados até os oito anos de idade, o que a criança realmente tem que está dominando até essa idade que eles consideram certa, portanto vejamos que no contexto social das crianças tanto há fatores escolares internos como externos que influencia para que haja fracasso na aprendizagem das mesmas, sabemos que cada criança tem um ritmo de aprendizagem diferente e nem todas conseguem se alfabetizar num período definido.

Uma das propostas que o PNAIC apresenta é que em dois anos todos os professores alfabetizadores recebam a formação continuada do programa e possam, assim, mudar suas práticas para garantir que nenhuma criança avance para o 4º ano sem estar alfabetizada. No entanto, sabemos para que a aprendizagem aconteça os professores precisam de levar mais a sério as propostas que vem sendo lançadas aos longo dos anos, trabalhar com estratégias variadas como por exemplo: a contação de histórias, sequência didática, variados tipos de gêneros textuais entre outras estratégias que levam o aluno a aprender a ler e a escrever de forma mais prazerosa, pois muitas crianças estão se desmotivando justamente por falta de estratégias inovadoras e mais dinâmicas.

Na história do Brasil, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças tem concluído sua escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas. Hoje segundo o Ministério da Educação, em alguns estados mais de 40% das crianças que ingressam no 6º ano ainda são analfabetas.

Conforme SOARES (2003):

[...] O fracasso em alfabetização nas escolas brasileiras vem ocorrendo insistentemente há muitas décadas; por isso é preciso urgentemente uma reforma na educação brasileira no sentido de tentarmos reverter essa situação que tem prejudicado a milhares de criança que não conseguem aprender a ler e a escrever (SOARES, 2003, p.9).

Enfrentar esse fracasso e possibilitar que as crianças sejam alfabetizadas e letradas adequadamente requer um planejamento que leve em consideração as diferentes especificidades regionais, as condições estruturais e as concepções pedagógicas que valorizam os ciclos de desenvolvimento. Determinar que todas as crianças sejam alfabetizadas até aos oito anos de idade, num primeiro momento pode significar um avanço, por outro, pode ser uma pressão muito grande sobre as escolas e crianças. Por isso por mais que a política aponte para um direcionamento nacional, não se pode ignorar que os contextos farão com que os resultados sejam muito distintos nas avaliações nacionais.

O governo federal lança esses programas para os municípios que por sua vez, tem a responsabilidade de abraçar essa proposta de execução, no entanto, existem contextos diferenciados, o que deu certo em um município, em uma escola, pode não dar em outros lugares, pois temos uma sociedade heterogênea.

Pois na sociedade que vivemos hoje, devido o avanço da tecnologia, devemos acompanhar o ritmo social e cultural, mas para que isso aconteça é preciso que tenhamos um planejamento educacional voltada para a sociedade em que está inserida.

De acordo com Freire (2002):

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica (FREIRE, 2002, p.10).

Portanto, para que isso aconteça o trabalho tem que ir além do governo, é preciso criar um pacto entre sociedade, família, escola e governantes, pois em nenhum momento os governantes vieram pedir opinião dos educadores, quando lançaram o pacto, a maioria dos municípios aderiram sem nem saber como realmente funcionava e estão desenvolvendo sem saber se vai dar *certo* ou não, não sabemos ainda, é muito cedo para uma resposta, essa proposta tem que ser analisada a longo tempo.

Mas para o governo o que significa uma criança está alfabetizada, sabemos que para ser alfabetizada ela tem que dominar a leitura e escrita e os conhecimentos matemáticos, ou seja, não estamos falando apenas de saber ler e escrever, mas também de interpretar textos, fazer contas e entender o contexto a sua volta. “Ao aderir ao Pacto, os entes governamentais se comprometem a: I – alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e matemática; II – realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do

ensino fundamental; III - no caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação”. (PNAIC, 2012).

Desacordamos quando um dos documentos do PNAIC afirma que entes governamentais devem se comprometer primeiro em alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e matemática, por que o programa está focado somente em português e matemática? E as outras disciplinas? Alfabetizar é ensinar somente a ler, escrever e contar e os demais conteúdos e linguagens?

No entanto, o documento do PNAIC também deixa claro que o ciclo de alfabetização deve garantir a inserção da criança na cultura escolar, bem como a aprendizagem da leitura e escrita e a ampliação de seu universo de referências culturais, nas diversas áreas do conhecimento. Resta à indagação de qual prioridade será dado nos processos de realização do plano.

Conforme o documento do PNAIC que além da aprendizagem de leitura, escrita e os conhecimentos matemáticos, envolve também as demais áreas do conhecimento quando fala da ampliação do universo cultural da criança, que os professores devem se dispor a realizar através de estratégias bem elaboradas de forma disciplinar e que envolva o contexto da criança e que levem-na a compreender e desenvolver a aprendizagem nesse âmbito, mas não se deve cobrar só do professor a escola e a família tem um papel fundamental para que essa aprendizagem aconteça, pois a escola deve oferecer suporte necessário para que os professores possam trabalhar e a família por sua vez tem a obrigação de incentivar os filhos na aprendizagem.

Para a alfabetização ter sentido e ser um processo interativo é preciso sistematizar muitos fatores que estão incluídos neste meio, de acordo com Cagliari (2009, p.6):

O processo de alfabetização inclui muitos fatores e, quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição de conhecimento, de como a criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo o seu processo de interação social, da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo à alfabetização, mais condições terá o professor de encaminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, sem os sofrimentos habituais (CAGLIARI, 2009, p.6).

Dessa forma, o professor deve desenvolver um excelente trabalho no processo de alfabetização, mas para isso é necessário ele ter um bom conhecimento da realidade linguística do aluno. Só assim poderá desenvolver um trabalho com métodos, técnicas e estratégias variadas de acordo com a realidade de sua turma. Afirma Zacharias (2003) que: “Cabe ao Professor organizar atividades que favoreçam a reflexão da criança sobre a escrita,

porque é pensando que ela aprende” (2003, p.3). E o professor, por sua vez, é um dos pontos fundamentais como estimulador e mediador desse processo de aquisição do conhecimento estimulando a criança valorizando-a e incentivando-a só assim ela terá uma aprendizagem eficaz e conseqüentemente uma alfabetização plena.

O segundo comprometimento do PNAIC fala em realizar avaliações anuais universais aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental. Compreendemos que é um absurdo essa avaliação visando medir o nível de alfabetização do aluno, em âmbito nacional. Não é através de uma prova realizada em um dia que você vai *medir* o conhecimento de um aluno, além de que eles elaboram as avaliações e a escola não toma conhecimento nem no dia da prova são enviados pessoas de outro município para a aplicação dessas provas sem a escola e nem o professor terem acesso a mesma, como também são desconsiderado vários fatores, como a padronização da avaliação, as questões regionais, os tempos subjetivos de aprendizagem, etc.

Conforme o PNAIC (2012):

As ações do Pacto são um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados pelo MEC e que contribui para a alfabetização e letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores e para que essa ação do Pacto se concretize eles se baseiam em quatro eixos de atuação: formação continuada de professores; materiais didáticos e pedagógicos; avaliações e gestão, controle social e mobilização (PNAIC, 2012).

Vemos que este programa visa investir na formação dos professores com uma proposta voltada para alfabetização e letramento, para que assim eles desenvolvam uma prática pedagógica e/ou metodologias contextualizadas onde possa ajudar e contribuir para que a alfabetização aconteça, mas sabemos que isso não é suficiente para que as crianças sejam alfabetizadas, pois antes de elas virem para a escola muitas delas não estão inseridas num contexto letrado, ou seja, não tem acesso a leitura e a escrita ai fica muito difícil de garantir uma alfabetização numa suposta idade certa, mas, contudo ainda temos a esperança desta realidade mudar.

Aparentemente esse pacto traz uma esperança, para fazer garantir o direito de alfabetização plena às crianças até oito anos de idade. Muitas têm sido as discussões sobre o PNAIC como uma política pública, do ponto de vista de milhares de professores envolvidos na iniciativa, a maior expectativa é pedagógica. A escola, por sua vez, é a principal

responsável para que os professores tenham o suporte necessário, propiciando melhores condições para que aconteça o desenvolvimento das capacidades linguísticas do educandos.

Desse modo, o papel da escola, quando se trata do processo de alfabetização, é ensinar o sistema de escrita e propiciar condições de desenvolvimento das capacidades de compreensão e produção de textos orais e escritos. (PNAIC- formação do professor alfabetizador/caderno de apresentação, 2012 p. 26).

O papel da escola é de fundamental importância nesse processo é nela que a as crianças vão interagir com o meio, possibilitando o acesso e o contato com os meios de alfabetização.

No entanto, para que os meninos e meninas possam participar das diferentes situações de interação não é suficiente ter contato com os textos, eles precisam desenvolver autonomia de leitura e escrita. (PNAIC- formação do professor alfabetizador/caderno de apresentação, 2012 p. 7).

Para o PNAIC não basta dominar o sistema de escrita alfabética, mas a criança deve desenvolver a habilidade de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas. Ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita: o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos.

Conforme SOUZA, (2004):

Por isso, os processos de aquisição da leitura e da escrita do código alfabético devem levar em conta várias dimensões – a social, a afetiva, a ideológica, a política, a pessoal, a gnosiológica e a pedagógica – na intersecção dos saberes populares, conhecimentos científicos e saberes escolares permeados pelas influências da cultura midiática (SOUZA, 2004, p.14).

Assim, o processo de aquisição de leitura e escrita deve considerar o contexto da criança. A proposta do PNAIC oferecida pelo Governo Federal que visa alfabetizar as crianças até os oito anos de idade, deve levar em conta também as várias dimensões que envolvem a realidade das crianças, portanto, dependendo da situação emocional, física ou mental em que a criança se encontra. De alguma forma, isso vai refletir na aprendizagem dela, a aquisição dos saberes necessários que ela precisa nessa primeira fase da vida escolar vai depender também da forma que o conhecimento for transmitido a ela. Isso pode ajudar, mas também pode prejudicar. Toda criança é capaz de aprender mais, como já falamos

anteriormente. Cada uma tem um ritmo de aprendizagem diferenciado. A necessidade de ler e escrever não surge da mesma forma para todas as crianças, ou seja, se ela não tem contato com a palavra escrita não vai sentir a mesma urgência de ler, já aquele que tem contato vai ter facilidade, mas para isso é preciso planejar ações necessárias para suprir essas dificuldades.

É fundamental planejar essas ações para que possibilitem que tais aprendizagens sejam alcançadas pelas crianças. Pois conforme o PNAIC (2012):

Definir prioridades é, sem dúvida, uma ação que ajuda estabelecer estratégias e concentrar esforços para resolver problemas. Garantir que todas as crianças que frequentam a escola se alfabetizem nos três primeiros anos do Ensino Fundamental precisa ser, no contexto atual, uma prioridade da escola brasileira (PNAIC-formação do professor alfabetizador/caderno de apresentação, 2012 p. 25).

Como podemos ver, o Pacto é mais um dos vários programas que ao longo dos anos vem sendo lançado aos municípios pelos governantes, na perspectiva de atingir melhores resultados, do que diz respeito à educação de nosso país. Tendo em vista o grande fracasso neste âmbito, o que acontece que eles enviam estes programas para os municípios e não dão o suporte necessário para que os mesmos se concretizem com êxito.

Portanto observamos, através desta proposta, que muitos são os desafios e limites a serem alcançados em nossa educação e principalmente no que diz respeito à alfabetização de nossas crianças, necessário se faz metodologias e estratégias diferenciadas, aulas mais dinâmicas e planejamento flexível, pois se elas não forem bem preparadas, vamos ter um futuro de pessoas analfabetas, alienadas e oprimidas diante de uma sociedade avassaladora que a cada dia que passa a tecnologia avança e o custo de vida aumenta.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho monográfico aqui apresentado teve o objetivo de discutir e analisar as contribuições e limites de alfabetizar na proposta de pacto nacional pela alfabetização na idade certa - PNAIC, e nos leva a refletir será que existe mesmo uma idade certa para se alfabetizar? Vemos também a grande importância do processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais, e o quanto isso influencia no papel dos professores alfabetizadores e da escola, na caminhada de aprendizagem dos alunos.

Com o que foi escrito até aqui, concluímos que a alfabetização é um processo de ensino aprendizagem que tem como objetivo levar o indivíduo a aprendizagem inicial da leitura e da escrita e o letramento, por sua vez, resulta na ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e da escrita. Dessa forma, são dois processos fundamentais na aquisição da leitura e escrita como prática social.

Foi possível observar através da proposta de pacto nacional pela alfabetização na idade certa – PNAIC que a educação do nosso país ainda precisa melhorar muito, o processo de alfabetização não é um processo fácil. Muitos são os desafios e os limites a serem superados. São necessários vários métodos de ensino. Enfatizamos ainda que para que o processo de alfabetização aconteça, precisamos levar em conta que cada criança tem seu ritmo e sua maneira própria de aprendizagem. Assim, a forma de um professor ensinar para uma criança às vezes precisa ser diferente de outra, porque um método pode ser bom para alfabetizar uma criança, porém pode não ser para a aprendizagem de outra.

Diante disso vemos o quanto o processo de alfabetização é uma questão complexa. Necessário se faz uma atenção maior, voltada para a melhoria da qualidade de ensino na alfabetização, vemos que tanto os educadores precisam de mais preparação como precisamos de mais investimentos e organização no nosso sistema de ensino, para que possamos, pelo menos, diminuir esse problema tão grave que tem afetado a educação de nosso país.

Por fim, concluímos que esta pesquisa contribuiu para melhor entendimento dos desafios e limites de alfabetizar na proposta pelo pacto nacional de alfabetização na idade certa – PNAIC. Sendo a alfabetização uma questão complexa, não existe uma receita pronta de alfabetizar. Cabe ao professor estudar muito e fazer o melhor por sua turma, na certeza que esta pesquisa irá auxiliar professores em sua prática pedagógica, proporcionando aos alunos

uma aprendizagem mais dinâmica, prazerosa e significativa e uma educação de qualidade. Portanto, foi de grande importância o desenvolvimento dessa pesquisa para compreender melhor a questão de alfabetização e como se dá esse processo. Esperamos provocar nos leitores o desejo de busca de mais conhecimento nessa área, contribuindo na teoria e prática dos professores alfabetizadores em busca de novos recursos e metodologias que auxiliem os alunos durante o processo de alfabetização.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rita Cristiana. **Educação Popular e a Construção de um Poder Ético**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 78 – Mensal – Novembro/2007. Disponível no site [HTTP://www.espacoacademico.com.br/078/78barbosa.htm](http://www.espacoacademico.com.br/078/78barbosa.htm). Acesso em: 07/12/2013.

BOZZA, Sandra. **Alfabetização: Distúrbios de aprendizagem ou Equívocos de Encaminhamento Metodológico. Alfabetização, Letramento leitura e produção de textos em sala de aula**. Conexa Editora – 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. – (Coleção primeiros passos; 20).

_____. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006. – (Coleção primeiros passos; 38).

BRASIL. Ministério da Educação. **Linguagem e Letramento em foco**. Linguagem nas séries iniciais. KLEIMAN, Ângela B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever**. , 2005-2010

BRASIL. Lei Darcy Ribeiro. **Lei de diretrizes e bases da educação**. – 3. Ed. – Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Língua Portuguesa. Brasília, MEC/SEF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: formação de professor alfabetizador**: caderno de apresentação. —Brasília: MEC, SEB,2012.

CARVALHO, Marlene, 1936 – **Primeiras Letras**: alfabetização de jovens e adultos em espaços populares. 1. ed. – São Paulo: Ática, 2010.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu**. São Paulo: Editora Scipione, 2002.

_____. **Alfabetização e Linguística**. – São Paulo: Spcione, 2009. (Coleção Pensamento na sala de aula).

CÓCCO, Maria F. e HAILER, Marco Antônio. Didática da Alfabetização: decifrar o mundo. **Alfabetização e Socioconstrutivismo**. São Paulo: Ed. FTD, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

GADOTTI, Moacir. Professor. **“Educar é impregnar de sentido a vida”**. Ano 1. Nº 2. Novembro. 2003 (p.18-21).

LIMA, Licínio C. **Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró**. – São Paulo: Cortez, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Presença Pedagógica. **Alfabetização, Letramento e Diverdade Cultural**. V.10. N.56. Março/Abril. 2004.

SANTOS, Clébia Mara dos. **Entenda o que é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Por COSTA, Luana. Blog Educação. Disponível no site <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/01/24/entenda-o-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa>.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: Caminho e Descaminhos. Revista Pátio, n. 29, Fevereiro de 2004. Disponível no site <http://pt.scribd.com/doc/18892732/Artigo-Alfabetizacao-e-Letramento-Magda-Soares1>. Acesso em: 08/09/2013.

SOUZA, João Francisco. Construir Notícias. **“Alfabetização arranque da escolarização”**. Nº18 – Ano 03 – Setembro/Outubro 2004.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 1997. – (Questões da nossa época; v. 47).

TERTO, Jâmerson Delmondes *et al.* **Uma abordagem da educação popular em Direitos Humanos no Programa de Assessoria Jurídica Estudantil**. SEMINÁRIO FINAL DO PROGRAMA ALFA Human Rights Facing Sacurity/ III Encontro Anual da ANDHEP/IV Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB, João Pessoa, PB, 2007. (Comunicação Científica).

ZITKOSKI, Jaime José e TROMBETA, Sérgio. **A Utopia da Educação Popular**. Mundo Jovem Um Jornal de Ideias. Ano 50. Nº 427. Junho 2012.